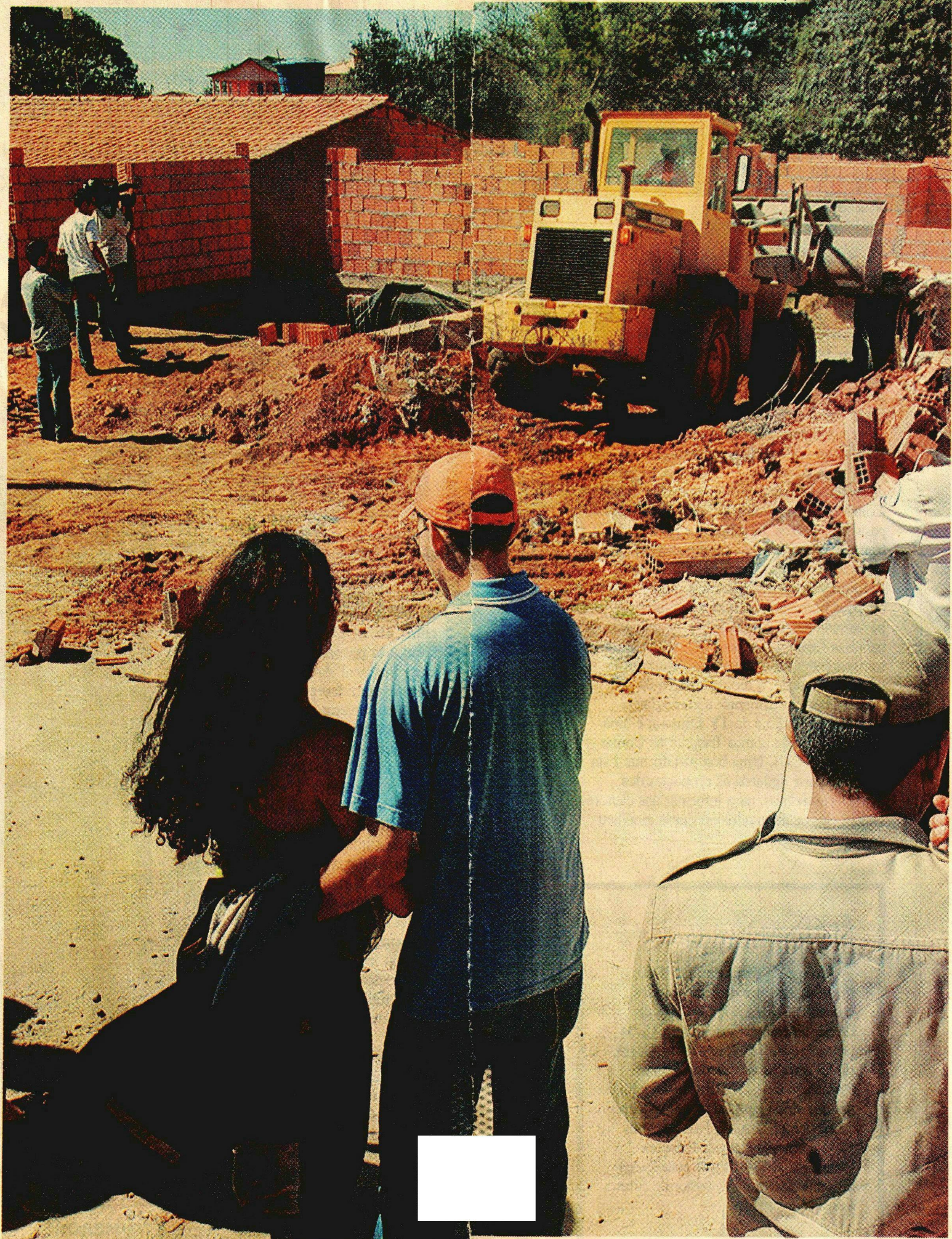




■ CASAS E OUTRAS OBRAS CONSTRUÍDAS À BEIRA DE NASCENTES EM VICINTE PIRES PODERÃO SER DERRUBADAS, COMO OCORREU NO ANO PASSADO

Rigor também nas áreas nobres

A força-tarefa promete atuar também nas áreas nobres do DF. Os piers irregulares, erguidos na orla do Lago Paranoá, denunciados ontem pela reportagem do **Jornal de Brasília**, também estão sob a mira da fiscalização. Enquanto parte das obras está apenas invadindo terra pública, outras comprometem o equilíbrio ecológico do local.

"Houve uma primeira discussão a respeito da situação do descumprimento dos 30 metros na orla do lago e estamos aprofundando nisso", ressaltou, ontem, o governador José Roberto Arruda. Segundo ele, a lei tem que valer para todos. "Se a pessoa

mais humilde, que comprou um lote irregular teve a sua casa destruída, por que o rico, que fez um cais na beira do lago também não vai cumprir a lei? Peço a compreensão da população para que Brasília volte a ser uma cidade que respeite as leis para todos. Esse é o exercício do poder público", acrescentou.

Segundo os secretários de Desenvolvimento Urbano, Cássio Taniguchi, e de Segurança, Cândido Vargas, as obras que estiverem colocando em risco a área ambiental do lago deverão ser demolidas. No caso das cercas que chegam até as margens do Paranoá, a for-

ça-tarefa também promete tomar providências.

Estratégias

Inicialmente, existem duas estratégias em estudo pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiente. A primeira consiste na desapropriação das áreas cercadas, próximo ao lago, seguida pela a inserção de mecanismos urbanísticos que garantam a segurança destes locais para a população. Já na segunda possível linha de ação, os moradores poderiam manter as cercas, mas dariam uma contrapartida pelo uso do terreno.

Conforme mostrou o **Jornal de Brasília**, a Delegacia de Meio

Ambiente (Dema) está realizando um levantamento de todas as ocupações na orla. Um ponto preocupante é a resolução nº 369, de 28 de março de 2006. O documento define as regras para casos excepcionais de intervenção nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Segundo especialistas, o texto abre brechas que podem permitir que os moradores continuem mantendo suas ocupações na orla.

De acordo com Taniguchi, um ponto fundamental para o combate das ocupações irregulares de forma geral no DF é a conclusão da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).